



Rua Benedito de Oliveira Pontes, 99
Centro - Cachoeira Paulista - SP
Fone: (12) 3101 2311
E-mail: sopontes@sopontes.com.br

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA ANA IRENE PALMEIRA MARCONDES, AGENTE
DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA/SP**

Ref.: Concorrência Pública n.º 002/2024

Processo Administrativo n.º 1331/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para execução das obras/serviços de infraestrutura urbana em vias do município com recapeamento asfáltico.

S. O. PONTES ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 03.545.228/0001-55, com sede na Rua Benedito de Oliveira Pontes, n.º 99, Parque Primavera, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, devidamente representada na forma do seu Contrato Social, por seu sócio diretor que abaixo subscreve, **PAULO CEZAR DE OLIVEIRA PONTES**, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 5.520.356 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas/CPF n.º 741.418.308-44, vem, à presença de Vossa Senhoria, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** e o faz consubstanciado nas razões de fato e direito a seguir aduzidas:

I – DOS FATOS:

1.1. A empresa S. O. Pontes Engenharia Ltda, ora Recorrente, apresentou proposta para participação no certame em epígrafe, nos termos do item 4 do edital correspondente e,

uma vez classificada, anexou na plataforma seus documentos de habilitação no dia 18/04/2024.

- 1.2. Após análise dos documentos de habilitação, a Recorrente foi declarada inabilitada, haja vista os motivos constantes no Parecer Técnico acolhido pela Comissão de Licitação, como transcrevemos:

Parecertécnico:

"Inabilitado o licitante S.O.PONTES ENGENHARIA LTDA. pelo motivo: Em análise à documentação de habilitação apresentada pela empresa S. O. PONTES ENGENHARIA Ltda., apontamos que: - Não foi apresentada uma das parcelas de maior relevância, referente ao item "02.04 Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (RCC) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (RAP) reciclado em usina móvel com até 3% de cap, fomedimento e aplicação, não inclui transporte até o local dos serviços.", conforme solidita o item 7.2.5 do edital, nos termos do §1º, artigo 67, da Lei 14.133/2021; - Não foi alcançado os quantitativos mínimos de 50% das parcelas de maior relevância referente ao item "05.03 Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ"; - Não foi alcançado os quantitativos mínimos de 50% das parcelas de maior relevância referente ao item "03.01 Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive remoção do material fresado até 10 quilômetros e varrição". Sem mais, sugiro que a Comissão de Contratação dê prosseguimento ao certame, de acordo com a declaração acima exposta."

Parecer Comissão de Licitação:

"Conforme parecer técnico da equipe de engenharia, acolhido por esta Comissão de Contratação, decidimos por inabilitar a empresa S. O. Pontes Engenharia Ltda. Por: - Não apresentar o item 02.04 de parcela de maior

relevância, conforme solicita o item 7.2.5 do edital; - Não apresentar os quantitativos mínimos de 50% das parcelas de maior relevância nos itens 05.03 e 03.01. A empresa também não apresentou a prova de regularidade estadual, no formato de “certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, apenas ICMS”, conforme solicita o item 7.2.10 do edital.”

1.3. Em suma, eis a narrativa dos fatos.

II – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

2.1. Considerando a data da lavratura da ata, precedida da manifestação pela Recorrente, de intenção de interposição de recurso, em conformidade com o que preceitua o artigo 165, inciso I, alínea “c”, da Lei 14.133/2021, a Recorrente interpõe o presente Recurso Administrativo, tempestivamente, senão vejamos:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I – recurso, no prazo de 3(três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

(...)

c). ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

(...)

III - DAS RAZÕES PARA O PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO:

3.1. Considerando os atestados de capacidade técnica operacional (CAT 2620140004268, CAT 2620140012746 e CAT 2620140005718) apresentados na fase de habilitação, temos que a Recorrente, ao contrário do disposto nos pareceres técnico e da Comissão

de Licitação, atinge plenamente os quantitativos dos itens tidos como maior relevância pelo Edital. Não havendo que se falar em descumprimento. Visando explicitar o cumprimento do quanto exigido, apresentamos a tabela anexa (ANEXO I), onde destacamos, inclusive indicando as páginas, o atendimento do Edital.

3.2. Esclarece ainda a Recorrente que, muito embora indicado pelos técnicos em seu parecer não ter apresentado a parcela de maior relevância em relação ao item 02.04 (base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (rcc) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (rap) reciclado em usina móvel com até 3% de cap, fornecimento e aplicação, não inclui transporte até o local dos serviços), aplicando-se a **hermenêutica e exegese, é nítido que por similaridade e complexidade técnica equivalente**, a CAT 2620140004268 (página 08) apresenta o quantitativo exigido, qual seja, “reciclagem de pavimento com adição de 20% de brita compreende as operações de reciclagem do pavimento existente, onde deverá ser adicionado 20% de brita (em peso) ao material reciclado. Consiste nos serviços de escarificação, adição dos materiais, homogeneização, umedecimento, espalhamento, regularização, compactação e acabamento em camadas de no máximo 15cm de pois de compactadas a 100%. EI”.

3.3. Importante destacar que a própria Equipe de Engenharia do Município já entende ser possível o acatamento de itens por similaridade, visto que, ao analisar a documentação da licitante habilitada, apontou que *“Foram encontrados dos itens com similaridade ao item de maior relevância do Edital supracitado”*. Desse modo, considerando a equivalência dos serviços prestados pela Recorrente com os itens exigidos pelo Edital, solicitamos a revisão do parecer também neste ponto.

3.4. Ademais, poderia a Agente de Contratação, em qualquer momento, acaso suscitasse dúvida, mesmo que técnica, ou diante de quaisquer obscuridade na documentação acostada ao certame, solicitar diligências à Recorrente, o que não ocorreu, ferindo o Princípio da Primazia do Interesse Público, visto que a proposta da Recorrente é mais

vantajosa que àquela habilitada. Assim, frisamos que o disposto no item 02.04 do edital (errata ETP) corresponde ao apresentado na CAT 2620140004268.

- 3.5. Assim, somando o quantitativo comprovado pela Recorrente, verificamos que supera o exigido pelo edital, fato pelo qual, a fim de evitar flagrante ilegalidade, pleiteamos a revisão da somatória, bem como a consideração da equivalência supracitada.
- 3.6. Em relação ao suposto motivo que também levou à inabilitação da Recorrente, qual seja, não ter apresentado a prova de regularidade estadual, no formato de “certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, apenas ICMS”, conforme solicita o item 7.2.10 do edital, cumpre ressaltar que **a Recorrente não é contribuinte do ICMS**, apresentando, para tanto, a respectiva CND Estadual emitida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, vigente até 18/09/2024, atestando não possuir débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de sua responsabilidade.
- 3.7. Salientamos, ainda, que o Edital não especificou de qual órgão deveria ser apresentado tal documentação, sendo certo que a certidão apresentada pela Recorrente se presta a atestar o quanto requerido. Assim, *in casu*, a inscrição estadual da Recorrente possui o condão de manter os controles administrativos nos termos do Anexo XI do RICMS/2000.
- 3.8. Para tanto, na fase habilitatória, juntamos o documento que comprova a inexistência de débitos no âmbito estadual e, nesta oportunidade, cópia do Anexo XI da RICMS/2000 e declaração do contador responsável. (ANEXO II e ANEXO III).
- 3.9. Neste diapasão, diante dos fatos narrados, esclarecimentos prestados e apontamentos indicados, verificamos estar a Recorrente apta a habilitação licitatória, sendo sua inabilitação ato de injustiça e inobservância do cumprimento das exigências previstas no correspondente edital.



Rua Benedito de Oliveira Pontes, 99
Centro - Cachoeira Paulista - SP
Fone: (12) 3101 2311
E-mail: sopontes@sopontes.com.br

IV – DO PEDIDO:

- 4.1 Diante do exposto, requer seja dado provimento ao presente recurso administrativo, e, por conseguinte, seja a Recorrente considerada habilitada ao certame, como medida de ilibada justiça.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Caçapava, 24 de abril de 2024.

**S O PONTES
ENGENHARIA
LTDA:0354522
8000155**

Assinado de forma digital por S O PONTES
ENGENHARIA LTDA:03545228000155
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP,
l=CACHOEIRA PAULISTA,
ou=26215256000100, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CNPJ A1, ou=presencial, cn=S O PONTES
ENGENHARIA LTDA:03545228000155
Dados: 2024.04.24 16:11:39 -03'00'

S. O. PONTES ENGENHARIA LTDA
CNPJ n.º 03.545.228/0001-55
PAULO CEZAR DE OLIVEIRA PONTES
Sócio Diretor

ANEXO I

Exigência do Edital (Errata ETP)		Atestados e quantitativos apresentados			
Item/Descrição	Quantitativo exigido	CAT 2620140004268	CAT 2620140012746	CAT 2620140005718	Total
05.03 Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	4.069,00m³	- 2.922,95m³ (pág.06) - 88,88m³ (pág.07)	- 9.754,02m³ (pág.09)	- 11.431,00m³ (pág.07) - 1.856,01m³ (pág.07)	26.052,86m³
03.01 Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5cm, inclusive remoção do material fresado até 10Km e variação	80.392,60m²	- 738,35m³ (pág.07)	- 3.015,33m³ (pág.10)	- 770,48m³ (pág.08)	4.524,16m³ (=150.805,33m²)
02.04 Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da constituição civil (rec) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (rap) reciclado em usina móvel com até 3% de cap, fornecimento e aplicação, não inclui transporte até o local dos serviços	1.322,16m³	- 10.614,40m³ (pág.08)	****	****	10.614,40m³

S.O. PONTES
ENGENHARIA
LTDA-03545228000155

Atestado de forma, fornecido por S.O. PONTES
ENGENHARIA LTDA-03545228000155
Dir: CARL O-CP-PAUL-SP-1-CA-OCORBA
PILULSTI, out-26-21 15:56:00 100, out-Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, out-07-21 15:56:00 100
S.O. PONTES ENGENHARIA
LTDA-03545228000155
Dddoc: 20760424 16:20:03 -03:00

S. O. PONTES ENGENHARIA LTDA

ANEXO II

ANEXO XI - OPERAÇÕES RELATIVAS À CONSTRUÇÃO CIVIL

NOTA - V. DECISÃO NORMATIVA [CAT-03/02](#), de 16-08-2002 (DOE 20-08-2002). Não se aplica a estruturas de argamassa armada ou compostas por argamassa armada e concreto, nem a misturas de argamassa com produtos químicos plastificantes, etc., cujos fornecimentos envolvem projetos específicos para aplicações pré-determinadas.

Artigo 1º - Considera-se empresa de construção civil, para fins de inscrição e cumprimento das demais obrigações fiscais previstas neste regulamento, toda pessoa, natural ou jurídica que executar obras de construção civil, promovendo a circulação de mercadorias em seu próprio nome ou no de terceiro.

§ 1º - Entendem-se por obras de construção civil, dentre outras, as adiante relacionadas, quando decorrentes de obras de engenharia civil:

1 - construção, demolição, reforma ou reparação de prédios ou de outras edificações;

2 - construção e reparação de estradas de ferro ou de rodagem, incluindo os trabalhos concernentes às estruturas inferior e superior de estradas e obras de arte;

3 - construção e reparação de pontes, viadutos, logradouros públicos e outras obras de urbanismo;

4 - construção de sistemas de abastecimento de água e de saneamento;

5 - obras de terraplenagem, de pavimentação em geral;

6 - obras hidráulicas, marítimas ou fluviais;

7 - obras destinadas a geração e transmissão de energia, inclusive gás;

8 - obras de montagem e construção de estruturas em geral.

§ 2º - O disposto neste anexo aplica-se também aos empreiteiros e subempreiteiros, responsáveis pela execução de obra, no todo ou em parte.

Artigo 2º - O imposto não incide sobre (Decreto-Lei federal 406/68, art. 8º, itens 32 e 34 da Lista de Serviços, na redação da Lei Complementar federal 56/87):

I - a execução de obra por administração sem fornecimento de material;

II - o fornecimento de material adquirido de terceiro pelo empreiteiro ou subempreiteiro para aplicação na obra;

III - a movimentação de material a que se refere o inciso anterior entre estabelecimentos do mesmo titular, entre estes e a obra ou de uma para outra obra;

IV - a saída de máquina, veículo, ferramenta ou utensílio para prestação de serviço em obra, desde que deva retornar ao estabelecimento do remetente.

Artigo 3º - A empresa de construção civil inscrever-se-á no Cadastro de Contribuintes do ICMS antes de iniciar suas atividades (Lei [6.374/89](#), art. 7º).

§ 1º - A empresa que mantiver mais de um estabelecimento, ainda que simples depósito, deverá inscrever-se em relação a cada um deles.

§ 2º - Não está sujeita à inscrição:

1 - a empresa que se dedicar a atividades profissionais relacionadas com a construção civil, para prestação de serviços técnicos tais como elaboração de plantas, projetos, estudos, cálculos, sondagens do solo e assemelhados;

2 - a empresa que se dedicar à exclusiva prestação de serviços em obras de construção civil, mediante contrato de administração, fiscalização, empreitada ou subempreitada, sem fornecimento de materiais.

§ 3º - A empresa, mencionada no parágrafo anterior, quando realizar operação relativa à circulação de mercadoria, em nome próprio ou no de terceiro, em decorrência de execução de obra de construção civil, fica obrigada à inscrição e ao cumprimento das demais obrigações previstas neste regulamento.

§ 4º - Não será considerado estabelecimento o local de cada obra, podendo ser autorizada a inscrição facultativa, tanto da obra como de empresa referida no § 2º.

Artigo 4º - O estabelecimento inscrito, sempre que promover saída de mercadoria ou transmissão de sua propriedade, fica obrigado à emissão de Nota Fiscal (Lei 6.374/89, [art. 67](#), § 1º).

§ 1º - A Nota Fiscal será emitida pelo estabelecimento que promover a saída da mercadoria; no caso de obra não inscrita, a emissão do documento será feita pelo estabelecimento - escritório, depósito, filial ou outro - que promover a saída a qualquer título, indicando-se os locais de procedência e destino.

§ 2º - Tratando-se de operação não sujeita ao tributo, a movimentação de mercadoria ou outro bem móvel entre estabelecimentos do mesmo titular, entre estes e a obra ou de uma para outra obra será feita mediante emissão de Nota Fiscal, com indicação dos locais de procedência e destino, que não dará origem a lançamento de débito ou crédito consignando-se, como natureza da operação, "Simples Remessa".

§ 3º - A mercadoria adquirida de terceiro poderá ser remetida pelo fornecedor diretamente para a obra, desde que no documento fiscal constem o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, da empresa de construção, bem como a indicação expressa do local onde será entregue.

§ 4º - Na saída de máquina, veículo, ferramenta ou utensílio para utilização na obra, que deva retornar ao estabelecimento de origem, caberá a este a obrigação de emitir documento fiscal, tanto para a remessa como para o retorno, sempre que a obra não for inscrita.

§ 5º - O contribuinte poderá manter impressos de documentos fiscais em obra não inscrita, desde que na coluna "Observações" do livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, sejam especificados os seus números e série, bem como o local da obra a que se destinarem.

Artigo 5º - Os livros serão escriturados nos prazos e condições previstos neste regulamento, observando-se, ainda, que (Lei 6.374/89, [art. 67](#), § 1º):

I - no livro Registro de Saídas, na coluna "Operações ou Prestações sem Débito do Imposto", será lançada:

a) a Nota Fiscal relativa à remessa, para a obra, de mercadoria adquirida de terceiro;

b) a Nota Fiscal relativa à remessa de mercadoria do depósito para a obra, desde que não sujeita ao tributo;

II - no livro Registro de Entradas, na coluna "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto", com menção do fato na coluna "Observações", será lançada a Nota Fiscal emitida pelo fornecedor quando a mercadoria for remetida diretamente ao local da obra, ainda que situada em município diverso.

Parágrafo único - A empresa que se dedicar exclusivamente à prestação de serviços e não efetuar operações de circulação de mercadoria, ainda que movimente máquinas, veículos, ferramentas ou utensílios, fica dispensada da manutenção de livros fiscais, com exceção do livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

Versão 1.0.94.0



ANEXO III

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS da Secretaria de Estado da Fazenda do São Paulo, que:

- o nosso estabelecimento S. O. Pontes Engenharia LTDA, CNPJ 03.545.228/0001-55 e sito na Rua Benedito de Oliveira Pontes n.º 99, em Cachoeira Paulista, não desenvolve com habitualidade operações sujeitas ao ICMS, nos termos do RICMS/SP;

- estamos cientes de que não somos contribuintes do ICMS, e de que o fato de termos inscrição estadual visa apenas à manutenção de controles administrativos conforme anexo XI do RICMS/00

Cachoeira Paulista, 23 de Abril de 2024

S O PONTES
ENGENHARIA
LTDA:035452280
00155

Assinado de forma digital por S O PONTES
ENGENHARIA LTDA:03545228000155
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP,
l=CACHOEIRA PAULISTA,
ou=3621125560001000, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CNPJ A1, ou=presencial, cn=S O PONTES
ENGENHARIA LTDA:03545228000155
Dados: 2024.04.23 16:22:37 -03'00'

S. O. Pontes Engenharia LTDA

E CON LORENA
ESCRITORIO DE
CONTABILIDADE
LTDA:23835749000
154

Assinado de forma digital
por E CON LORENA
ESCRITORIO DE
CONTABILIDADE
LTDA:23835749000154
Dados: 2024.04.23 16:10:42
-03'00'

E.CON Lorena-Escritório de
Contabilidade LTDA ME